


CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

2010-2011

Por este instrumento e na melhor forma de direito, de um lado, como representante da categoria profissional, o **SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ENTIDADES SINDICAIS DO COMÉRCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, entidade sindical de primeiro grau, CNPJ n.º 00.000.714/0001-08; Carta Sindical Processo n.º 46010.002.688/93 e SR05121, com sede na Avenida Senador Queirós, n.º 605 – 12º andar, sala 1212 – CEP – 01026-001 – São Paulo, tendo realizado Assembléia Geral Extraordinária em sua sede no dia 01/09/2010, neste ato representado por sua Presidente, **Sra. Sandra Bergamin**, inscrita no CPF/MF sob o n.º 769.493.468-91, assistida pelo advogado, **Dr. Newton Pinello**, inscrito na OAB/SP sob o n.º 85.664 e no CPF/MF sob o n.º 210.168.798-49, conforme procuração anexa; e de outro, como representantes patronais, a **FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, entidade sindical de segundo grau, detentora da Carta Sindical n.º 25797/42 e do CNPJ n.º 62.658.182/0001-40, SR01203, com sede na Rua Plínio Barreto, n.º 285, Bela Vista – São Paulo – Capital – CEP – 01313-020 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em 25/10/2010, neste ato representada pelo Presidente do Conselho de Assuntos Sindicais, **Sr. Ivo Dall'Acqua Júnior**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 747.240.708-97, assistido pelo advogado, **Dr. Fernando Marçal Monteiro**, inscrito na OAB/SP sob o n.º 86.368 e no CPF/MF sob o n.º 872.801.598-34, representando também os seguintes sindicatos patronais filiados, conforme procurações anexas: **Sindicato do Comércio Atacadista de Alcool e Bebidas em Geral no Estado de São Paulo** – CNPJ n.º 60.936.622/0001-58 e Registro Sindical – Processo n.º 491.149/47, SR05697, com sede na Rua Afonso Sardinha, 95 – 11º andar – Cj 114 – Lapa – SP – CEP – 05076-000 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em 20/08/2010; **Sindicato do Comércio Atacadista de Bijuterias do Estado de São Paulo** – CNPJ n.º 53.452.769/0001-07 e Registro Sindical – Processo n.º 320.422/83, SR06169, com sede na Rua Pamplona n.º 818 - 4º andar – Conjunto 41 – SP – CEP – 01405-001 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em 25/10/2010; **Sindicato do Comércio Atacadista de Frutas do Estado de São Paulo** – CNPJ n.º 47.192.950/0001-29 e Registro Sindical – Processo n.º 46010.000867/95, SR04216, com sede na Rua Miguel Carlos n.º 41 – 4º andar – conjunto 42 – SP – CEP – 01023-010 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em 20/08/2010; **Sindicato do Comércio Atacadista de Gêneros Alimentícios no Estado de São Paulo** – CNPJ n.º 49.087.232/0001-18 e Registro Sindical – Processo n.º 46010.004856/2005-59, SR06781, com sede na Av. Senador

Queirós n.º 605 – 23º andar – Conjunto 2312 – SP – CEP – 01026-001 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em 27/08/2010; **Sindicato do Comércio Atacadista de Louças, Tintas e Ferragens de São Paulo** – CNPJ n.º 62.809.777/0001-59 e Registro Sindical – Processo n.º 25.565/40, SR02875, com sede na Rua Capitão Mor Gerônimo Leitão, 108, 2º andar – sala 26 – SP – CEP – 01032-000 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em 06/10/2010; **Sindicato do Comércio Atacadista de Madeiras do Estado de São Paulo** – CNPJ n.º 96.473.962/0001-37 e Registro Sindical – Processo n.º 24440.005152-91-15, SR01535, com sede na Rua Eugênio de Medeiros n.º 321 – sobreloja – SP – CEP – 05425-000 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em 17/08/2010; **Sindicato do Comércio Atacadista de Maquinismos em Geral, Equipamentos e Componentes para Informática da Grande São Paulo** – CNPJ n.º 62.803.119/0001-50 e Registro Sindical – Processo n.º 46000.008995-00, SR13492, com sede na Rua Santa Isabel, 160 - 2º andar – Conjunto 26 – SP – CEP – 01221-010 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em 10/07/2010; **Sindicato do Comércio Atacadista de Materiais de Construção de São Paulo** – CNPJ n.º 61.786.075/0001-34 e Registro Sindical – Processo n.º 25.558/40, SR 03896, com sede na Rua Abolição, n.º 66 – Conjunto 23 – CEP 01319-010 – Assembléia Geral Realizada em sua sede no dia 05/10/2010; **Sindicato Nacional do Comércio Atacadista de Papel e Papelão** – CNPJ n.º 62.660.410/0001-16 e Registro Sindical – Processo n.º 46000.007789/95, SR09584, com sede na Pça. Silvio Romero, 132 - 7º andar – Conjunto 72 – Tatuapé – SP – CEP – 03323-000 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em 26/08/2010; **Sindicato do Comércio Atacadista de Produtos Químicos e Petroquímicos no Estado de São Paulo** – CNPJ n.º 43.450.014/0001-10 e Registro Sindical – Processo n.º 46000.009049/2002-07, SR01511, com sede na Rua Maranhão n.º 598 – 4º andar – Higienópolis – SP – CEP – 01240-000 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em 19/08/2010; **Sindicato do Comércio Atacadista de Sucata Ferrosa e não Ferrosa do Estado de São Paulo** – CNPJ n.º 38.891.073/0001-93 e Registro Sindical – Processo n.º 24440.048149/90, SR02437, com sede na Rua Rui Barbosa, 95 - conjunto 51/52 - Bela Vista – SP – CEP – 01326-010 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em 24/08/2010; **Sindicato do Comércio Atacadista de Tecidos, Vestuários e Armarinhos do Estado de São Paulo** – CNPJ n.º 62.202.759/0001-04 e Registro Sindical – Processo n.º 46010.002128/93, SR07688, com sede na Rua Paula Souza, 79 - 2º andar – Conjunto 21 – SP – CEP – 01027-001 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em 27/09/2010; **Sindicato do Comércio Atacadista de Vidro Plano, Cristais e Espelhos no Estado de São Paulo** – CNPJ n.º 62.803.085/0001-01 e Registro Sindical – Processo n.º 131.060/54, SR04442, com sede na Rua dos Italianos, 471 – 1º andar – SP – CEP – 01131-000 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30/08/2010; **Sindicato do Comércio Varejista de Carnes Frescas do Estado de São Paulo** – CNPJ n.º 62.650.833/0001-55 e Registro Sindical – Processo n.º 64/1941, SR07600, com sede Pça. da República, 180 - 6º andar – Conjunto 64 – Centro – SP – CEP – 01045-000 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em 16/07/2010; **Sindicato do Comércio Varejista de Carvão Vegetal e Lenha no Estado de São Paulo** – CNPJ n.º 62.657.903/0001-05 e Registro Sindical – Processo n.º 15.830/41, com sede na Rua Conselheiro Furtado, 324 - 3º andar - sala 311 – SP – CEP – 01511-001 –



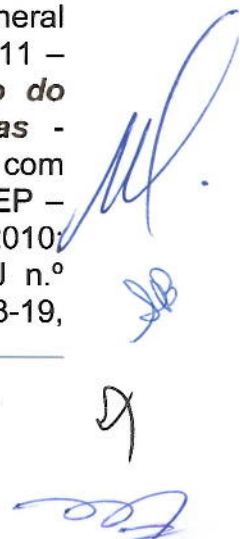


Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29/09/2010; **Sindicato do Comércio Varejista dos Feirantes do Estado de São Paulo** – CNPJ n.º 62.216.627/0001-31 e Registro Sindical – Processo n.º 12524/42, SR14368, com sede na Av. Senador Queiroz, 605 – 11º andar – Conjunto 1118 – SP – CEP – 01026-001 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em 31/08/2010; **Sindicato do Comércio Varejista de Flores e Plantas Ornamentais do Estado de São Paulo** – CNPJ n.º 38.876.744/0001-47 e Registro Sindical – Processo n.º 24000.001694/90, SR12267, com sede na Av. Francisco Matarazzo, 455 – Parque da Água Branca - Prédio do Fazendeiro – 2º andar – sala 20 – SP – CEP – 05001-300 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em 08/07/2010; **Sindicato do Comércio Varejista de Material de Construção, Maquinismos, Ferragens, Tintas, Louças e Vidros da Grande São Paulo** – CNPJ n.º 62.809.769/0001-02 e Registro Sindical – Processo n.º 25.563/40, com sede na Rua Boa Vista, 356 - 15º andar – SP – CEP – 01014-000 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em 05/10/2010; **Sindicato do Comércio Varejista de Material de Escritório e Papelaria de São Paulo e Região** – CNPJ n.º 53.082.004/0001-22 e Registro Sindical – Processo n.º 46010.002549/95, SR04975, com sede na Rua Barão de Itapetininga, 255 – 12º andar – Salas 1211/1212 – SP – CEP – 01042-001 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em 21/08/2009; **Sindicato do Comércio Varejista de Material Médico, Hospitalar e Científico no Estado de São Paulo** – CNPJ n.º 62.803.069/0001-00 e Registro Sindical – Processo n.º 169.347, SR12336, com sede na Rua dos Otonis, 662 – SP – CEP – 04025-002 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em 21/09/2010; **Sindicato do Comércio Varejista de Material Óptico, Fotográfico e Cinematográfico no Estado de São Paulo** – CNPJ n.º 62.660.436/0001-64 e Registro Sindical – Processo n.º MTIC 218.092, SR05652, com sede na Av. Nove de Julho, 40 – SP – CEP – 01312-900 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em 06/07/2010; **Sindicato do Comércio Varejista nos Mercados de São Paulo**, inscrito no CNPJ sob o n.º 62.661.608/0001-14 e portador da Carta Sindical – Processo n.º 16.990/42, com base no Município de São Paulo e sede na Av. do Estado, 3163, Sobre Loja – SP – CEP – 03007-010 - Assembléia Geral Extraordinária realizada em 25/10/2010; **Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do Estado de São Paulo** – CNPJ n.º 62.235.544/0001-90 e Registro Sindical – Processo n.º 17944/1941, com sede na Rua Santa Isabel, 160 – 6º andar – Vila Buarque – SP – CEP: 01221-010 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em sua sede no dia 27/05/2010; **Sindicato do Comércio Varejista de Veículos Automotores Usados do Estado de São Paulo** – CNPJ n.º 59.839.001/0001-77 e Registro Sindical – Processo n.º 24440.054608/88, SR05948, com sede na Av. Indianópolis, 1371 – Bairro Planalto Paulista – SP – CEP – 04063-002 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30/08/2010; **Sindicato dos Comissários de Despachos, Agentes de Cargas e Logística do Estado de São Paulo** – CNPJ n.º 61.762.290/0001-03 e Registro Sindical – Processo MTE n.º 46000.013889/00, com sede na Rua Avanhadava, 126 – 6º andar – CEP

01306-901 - Assembléia Geral Extraordinária realizada em 17/06/2010; **Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis de São Paulo** – CNPJ 60.746.898/0001-73 e Registro Sindical – Processo n.º 798.504/49, SR10572, com sede na Rua Doutor Bacelar, 1043 – Vila Mariana – SP – CEP 04026-002 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em sua sede no dia 14/07/2010; **Sindicato das Empresas de Garagens e Estacionamentos do Estado de São Paulo** – CNPJ n.º 61.844.478/0001-92 e Registro Sindical – Processo DNT n.º 24440.049182/89, com sede na Av. Paulista, 2073, Horsa I, 3º andar, conjunto 321 – CEP 01311-940, Assembléia Geral Extraordinária realizada em 17/08/2010; **Sindicato dos Institutos de Beleza e Cabeleireiros de Senhoras do Estado de São Paulo** – CNPJ n.º 62.803.648/0001-53 e Registro Sindical – Processo MTE 212944, SR03175, com sede na Rua 07 de Abril, 25 – 1º andar – Conjunto 11/12 – Centro – SP – CEP 01044-000 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em 08/03/2010; **Sindicato de Lavanderias e Similares do Município de São Paulo e Região** – CNPJ n.º 47.463.195/0001-70 e Registro Sindical – Processo MTE n.º 46000.007324/02-40, com sede na Rua Pais de Araújo, 29 – Conjunto 111/1113 – CEP 04531-090 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em 27/10/2010; **Sindicato das Empresas Locadoras de Equipamentos e Máquinas para Terraplanagem e Construção Civil do Estado de São Paulo** – CNPJ n.º 65.033.565/0001-10 e Registro Sindical – Processo DNT n.º 46000.021666/2004-34, com sede na Rua Monte Caseros, 153 – Butantã – SP – CEP – 05590-130 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em 06/04/2010; **Sindicato das Empresas Locadoras de Veículos Automotores do Estado de São Paulo** – CNPJ n.º 67.354.746/0001-74 e Registro Sindical – Processo DNT n.º 002.127.03965-8, com sede na Rua Estela, 515 – Bloco A 5º andar – CEP 04011-904 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em 17/03/2010; **Sindicato dos Representantes Comerciais e das Empresas de Representação Comercial no Estado de São Paulo** – CNPJ n.º 60.748.332/0001-80 e Registro Sindical – Processo n.º 138.871/66, SR07906, com sede na Av. Brigadeiro Luis Antonio, 613 – CEP – 01317-000 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em 28/04/2010; **Sindicato das Empresas Locadoras de Videolocadoras do Estado de São Paulo** – CNPJ n.º 59.949.560/0001-30 e Registro Sindical – Processo DNT n.º 24440.05857/00, com sede na Rua Roma, 620 – 10º andar – Cj. 106-B - CEP 05050-090 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em 21/06/2010; **Sindicato dos Salões de Barbeiros e Cabeleireiros para Homens de São Paulo** – CNPJ n.º 62.642.350/0001-09 e Registro Sindical – Processo MTE 331.321-73, SR06831, com sede na Rua Senador Feijó, 40 – 2º andar – Conjunto 22 – Centro – SP – CEP 01006-000 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em 11/12/2009; **Sindicato das Empresas de Turismo no Estado de São Paulo** – CNPJ n.º 60.748.811/0001-05 e Registro Sindical – Processo DNT n.º 904.785/50, com sede na Av. Vieira de Carvalho, 115 – 11º andar – SP – CEP – 01210-010 - Assembléia Geral Extraordinária realizada em 26/10/2010; **Sindicato do Comércio Varejistas de Adamantina** – CNPJ n.º 57.320.277/0001-19 e Registro Sindical – Processo n.º 24000.004157/90, com sede na Rua Deputado Salles Filho, 117 – CEP – 17800-000 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em sua sede no dia 03/09/2010; **Sindicato do Comércio Varejistas de Americana e Região** – CNPJ n.º 60.714.771/0001-72 e Registro Sindical – Processo n.º



46000.008229/93, SR01778, com sede na Rua Manoel dos Santos Azanha, 22 – Bairro Girassol – Americana – SP – CEP – 13465-710 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em sua sede no dia 08/09/2010; **Sindicato do Comércio Varejista de Andradina** – CNPJ n.º 51.103.737/0001-70 e Registro Sindical – Processo n.º 24440.040213/89, SR04074, com sede na Rua Dr. Orensy Rodrigues da Silva, 628 – Andradina – SP – CEP – 16901-003 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em sua sede no dia 25/08/2010; **Sindicato do Comércio Varejista de Araçatuba e Região** – CNPJ n.º 43.763.093/0001-19 e Registro Sindical – Processo n.º 46000.002046/95, SR03245, com sede na Rua Silva Jardim, 798 – Vila São Paulo – Araçatuba – SP – CEP – 16015-433 – Assembléia Geral realizada em sua sede no dia 26/08/2010; **Sindicato do Comércio Varejista de Araraquara** – CNPJ n.º 43.975.432/0001-20 e Registro Sindical – Processo n.º 237.586/63, SR10536, com sede na Rua Voluntários da Pátria, 1435 – Centro – Araraquara – SP – CEP – 14801-320 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em sua sede no dia 25/08/2010; **Sindicato do Comércio Varejista de Assis** – CNPJ n.º 54.718.259/0001-00 e Registro Sindical – Processo n.º 24440.030935/90, SR12830, com sede na Rua Benjamim Constant, 33, sala 92 – 9º andar – SP – CEP – 19806-130 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em sua sede no dia 03/12/2009; **Sindicato do Comércio Varejista de Barretos** – CNPJ n.º 44.790.301/0001-31 e Registro Sindical – Processo n.º 19.226/44, SR07381, com sede na Avenida Nove, 721 – Barretos – SP – CEP – 14.780-250 – Assembléia Geral realizada em sua sede no dia 27/08/2010; **Sindicato do Comércio Varejista de Bauru** – CNPJ n.º 45.029.907/0001-01 e Registro Sindical – Processo n.º 24000.006452/90, SR07381, com sede na Avenida da Nações Unidas, 17 – 45 – CEP – 17013-045 – Assembléia Geral realizada em sua sede no dia 13/10/2010; **Sindicato do Comércio Varejista de Bebedouro** – CNPJ n.º 60.253.622/0001-53 e Registro Sindical – Processo n.º 24440.040246/90, SR08497, com sede na Rua Dr. Brandão Veras, 280 – Centro – Bebedouro – SP – CEP – 14700-030 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em sua sede no dia 27/08/2010; **Sindicato do Comércio Varejista de Birigui** – CNPJ n.º 51.100.998/0001-37 e Registro Sindical – Processo n.º 315.788, com sede na Av. Governador Pedro de Toledo, 262 – Centro – SP – CEP: 16.200-045 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em sua sede no dia 10/09/2010; **Sindicato do Comércio Varejista de Bragança Paulista** – CNPJ n.º 51.913.200/0001-76 e Registro Sindical – Processo n.º 16.176, SR07034, com sede na Rua Cel. João Leme, n.º 304 – 2º andar – Sala 25/27 – CEP – 12.900161 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em sua sede no dia 18/10/2010; **Sindicato do Comércio Varejista de Campinas e Região** – CNPJ n.º 46.107.462/0001-03 e Registro Sindical – Processo n.º 46000.019080/2003-29, SR05627, com sede na Rua General Osório, 939 – 5º andar – conjunto 04 – Campinas – SP – CEP – 13010-111 – Assembléia Geral realizada em sua sede no dia 13/08/2010; **Sindicato do Comércio Varejista de Feirantes e Vendedores Ambulantes de Campinas** – CNPJ n.º 46.106.704/00001-44 e Registro Sindical – Processo n.º 217.578, com sede na Rua Laranjal Paulista, 823 – Vila Pompéia – Campinas – SP – CEP – 1305-440 – Assembléia Geral realizada em sua sede no dia 25/08/2010; **Sindicato do Comércio dos Lojistas de Campinas e Região** – CNPJ n.º 46.106.712/0001-90 e Registro Sindical – Processo n.º 46010.005682/93-19,



SR03392, com sede na Rua General Osório, 883 – 7º andar - Campinas – SP – CEP – 13010-111 – Assembléia Geral realizada em sua sede no dia 27/08/2010; **Sindicato do Comércio Varejista de Cruzeiro** - CNPJ n.º 47.438.510/0001-09 e Registro Sindical – Processo n.º 46010.0033448/94-49, SR04552, com sede na Av. Jorge Tibiriçá, 1.053 – SP – CEP – 12.710-040 – Assembléia Geral realizada em sua sede no dia 18/09/2010, **Sindicato do Comércio Varejista de Itapira** – CNPJ n.º 58.383.571/0001-32 e Registro Sindical – Processo n.º 939.298, com sede na Rua Joaquim Inácio, 77 – SP – CEP – 13970-150 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em sua sede no dia 31/08/2010; **Sindicato do Comércio Varejista de Itapetininga** – CNPJ n.º 49.706.633/0001-09 e Registro Sindical – Processo n.º 32.590/42, com sede na Rua Monsenhor Soares, 637 – Piso Superior – SP – CEP: 18200-009 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em sua sede no dia 01/10/2010; **Sindicato do Comércio Varejista de Itararé** – CNPJ n.º 60.123.635/0001-08 e Registro Sindical – Processo n.º 002.127.89890, com sede na Av. Presidente Kennedy, 33 – SP – CEP: 18.460-000 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em sua sede no dia 01/09/2010; **Sindicato do Comércio Varejista e Lojista de Itu e Região** – CNPJ n.º 50. e Registro Sindical – Processo n.º 143.281/61, SR06604, com sede na Rua Maestro José Victorio, 137 – Centro – Itu – SP – CEP – 13300-075 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em sua sede no dia 26/08/2010; **Sindicato do Comércio Varejista de Jacaré** – CNPJ n.º 61.874.301/0001-39 e Registro Sindical – Processo n.º 24457.000062/91, SR05001, com sede na Av. Major Acácio Ferreira, 154 – Centro – SP – CEP – 12327-070 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em sua sede no dia 27/08/2010; **Sindicato do Comércio Varejista de Jundiá** – CNPJ n.º 54.135.728/0001-50 e Registro Sindical – Processo n.º 24440.01803-8/85, com sede na Rua Senador Fonseca, 651 – SP – CEP: 13.201-017 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em sua sede no dia 16/08/2010, **Sindicato do Comércio Varejista de Limeira** – CNPJ n.º 51.488.260/0001-99 e Registro Sindical – Processo n.º 46010.003762/94, SR13654, com sede na Rua Boa Morte, 200 – Limeira – SP – CEP – 13480-180 – Assembléia Geral realizada em sua sede no dia 14/09/2010; **Sindicato do Comércio Varejista de Lorena** – CNPJ n.º 65.042.585/0001-14 e Registro Sindical – Processo n.º 46.010.000.071-93, SR13654, com sede na Rua Dr. Azevedo de Castro, 254 – SP – CEP – 112600-220 – Assembléia Geral realizada em sua sede no dia 26/08/2010; **Sindicato do Comércio Varejista de Marília** – CNPJ n.º 50.842.194/0001-40, e Registro Sindical – Processo n.º 46000.005046/93-71, SR08044, com sede na Rua 7 de Setembro, 38 – Marília – SP – CEP – 17501-560 – Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 25/08/2010; **Sindicato do Comércio Varejista de Matão** – CNPJ n.º 60.247.194/0001-56, e Registro Sindical – Processo n.º 24000.002057/90, SR13138, com sede na Rua João Pessoa, 543 – Matão – SP – CEP – 15990-020 – Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 25/08/2010; **Sindicato do Comércio Varejista de Mirassol** – CNPJ n.º 59.852.327/0001-34 e Registro Sindical – Processo n.º 46010.003484/94, SR06047, com sede na Rua Sete de Setembro, 18-55 C.P. 77 - Mirassol – SP – CEP – 15130-000 – Assembléia Geral Extraordinária em sua sede no dia 17/09/2010; **Sindicato do Comércio Varejista de Mogi das Cruzes** – CNPJ n.º 52.372.380/0001-99 e Registro Sindical – Processo n.º 002.127.02090-6, SR08565, com sede na Rua. Coronel Souza Franco, 74 – Mogi das Cruzes – SP – SP – CEP – 08710-020 –



Assembléia Geral Extraordinária realizada em sua sede no dia 26/08/2010; **Sindicato do Comércio Varejista de Mogi Mirim** – CNPJ n.º 59.015.685/0001-92 e Registro Sindical – Processo n.º 24440.0382116/90, com sede na Rua Áurea, 715 – SP – CEP: 13800-206 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em sua sede no dia 27/08/2010; **Sindicato do Comércio Varejista de Palmital** – CNPJ n.º 53.594.369/0001-15 e Registro Sindical – Processo n.º 17.711, com sede na Rua Francisco Severino da Costa, 299 – Palmital – SP – CEP – 19970-000 – Assembléia Geral realizada em sua sede no dia 21/09/2010; **Sindicato do Comércio Varejista de Penápolis** – CNPJ n.º 53.897.583/0001-61 e Registro Sindical – Processo n.º 43.505/44, SR02280, com sede na Avenida Luiz Osório, 763 – Penápolis – SP – CEP – 16300-000 – Assembléia Geral realizada em sua sede no dia 25/08/2010; **Sindicato do Comércio Varejista de Pirassununga** – CNPJ n.º 54.851.449/0001-92 e Registro Sindical – Processo n.º DNT 158.374/42, com sede na Ladeira Padre Felipe, 2.285 – SP – CEP – 13.631-005 – Assembléia Geral realizada em sua sede no dia 03/09/2010; **Sindicato do Comércio Varejista de Presidente Prudente** – CNPJ n.º 48.810.436/0001-72 e Registro Sindical – Processo n.º 304.284, SR02280, com sede na Rua Siqueira Campos, 602 – SP – CEP – 19010-061 – Assembléia Geral realizada em sua sede no dia 26/08/2010; **Sindicato do Comércio Varejista de Ribeirão Preto** – CNPJ n.º 56.014.640/0001-05 e Registro Sindical – Processo n.º 46010.003443/94-70, com sede na Rua Lafaiete, 394 – SP – CEP: 14015-080 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em sua sede no dia 17/11/2010; **Sindicato do Comércio Varejista e Lojista de Rio Claro** – CNPJ n.º 60.719.374/0001-93 e Registro Sindical – Processo n.º 46000.014139/2002, SR03982, com sede na Rua 01, n.º 1.503 – Centro – Rio Claro – SP – CEP – 13.500-141 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em sua sede no dia 20/08/2010; **Sindicato do Comércio Varejista de São Carlos** – CNPJ n.º 59.621.136/0001-61 e Registro Sindical – Processo n.º 1.129/45, SR03982, com sede na Rua Riachuelo, 130 – Centro – SP – CEP – 13560-110 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em sua sede no dia 19/08/2010; **Sindicato do Comércio Varejista de São José dos Campos** – CNPJ n.º 50.012.137/0001-34 e Registro Sindical – Processo n.º 715.495, SR07069, com sede na Avenida Nove de Julho, 211 – Vila Adyana – SP – CEP – 12243-000 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em sua sede no dia 17/09/2010; **Sindicato do Comércio Varejista da Região de São José do Rio Pardo** – CNPJ n.º 67.156.356/0001-90 e Registro Sindical – Processo n.º 46010.002408192, SR18287, com sede na Rua Campos Salles, 856 – SP – CEP – 13720-000 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em sua sede no dia 25/08/2010; **Sindicato do Comércio Varejista da de São José do Rio Preto** – CNPJ n.º 60.005.881/0001-65 e Registro Sindical – Processo n.º 46000.009816/95, SR06608, com sede na Rua Bernardino de Campos, 2.976 – Sl. 502 – SP – CEP – 15015-300 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em sua sede no dia 03/08/2010; **Sindicato do Comércio Varejista de Sertãozinho** – CNPJ n.º 60.243.151/0001-00 e Registro Sindical – Processo n.º 24440.043524-89, com sede na Avenida Afonso Trigo, 1.588 - SP – CEP – 14160-100 – Assembléia Geral realizada em sua sede no dia 30/08/2010; **Sindicato do Comércio Varejista de Sorocaba** – CNPJ n.º 50.807.970/0001-05 e Registro Sindical – Processo n.º 33.021/41, SR08626, com sede na Av. Barão de Tatuí, 751– Vergueiro – Sorocaba – SP – CEP – 18030-000 – Assembléia Geral



realizada em sua sede no dia 08/09/2010; **Sindicato do Comércio Varejista de Taubaté** – CNPJ n.º 72.308.778/0001-73 e Registro Sindical – Processo n.º 170/2005, SR07548, com sede na Rua Visconde do Rio Branco, 51, 6º andar – SP – CEP: 12020-040 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em sua sede no dia 25/08/2010 e o **Sindicato do Comércio Varejista de Tupã** – CNPJ n.º 50.838.382/0001-03 e Registro Sindical – Processo n.º 24440.030.113, SR07548, com sede na Rua Chavantes, 561 Tupã – SP – CEP: 17601-180 – Assembléia Geral Extraordinária realizada em sua sede no dia 19/08/2010, celebram, na forma dos arts. 611 e seguintes da CLT, a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, em conformidade com as condições seguintes:

1ª - REAJUSTE SALARIAL: Os salários serão reajustados a partir de 1º de setembro de 2010, data-base da categoria profissional, mediante aplicação do percentual de 7,3% (sete vírgula três por cento) incidente sobre os salários vigentes em 1º de setembro de 2009.

Parágrafo 1º - Eventuais diferenças salariais referentes aos meses de setembro e outubro de 2010 poderão ser complementadas até a data de pagamento do salário do mês de competência - novembro de 2010.

Parágrafo 2º - Os encargos de natureza previdenciária e tributária serão recolhidos na mesma época do pagamento das diferenças salariais acima referidas, respeitando-se os prazos previstos em lei.

2ª - REAJUSTE SALARIAL DOS EMPREGADOS ADMITIDOS DE 01/09/09 ATÉ 31/08/10: O reajuste salarial será proporcional e incidirá sobre o salário de admissão, conforme tabela abaixo:

Admitidos no período de:	Multiplicar o salário de admissão por:
Até 15.09.09	1,0730
de 16.09.09 a 15.10.09	1,0667
de 16.10.09 a 15.11.09	1,0605
de 16.11.09 a 15.12.09	1,0543
de 16.12.09 a 15.01.10	1,0481
de 16.01.10 a 15.02.10	1,0420
de 16.02.10 a 15.03.10	1,0359
de 16.03.10 a 15.04.10	1,0298
de 16.04.10 a 15.05.10	1,0238
de 16.05.10 a 15.06.10	1,0178
de 16.06.10 a 15.07.10	1,0118
de 16.07.10 a 15.08.10	1,0059
A partir de 16.08.10	1,0000

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Parágrafo único: O salário reajustado não poderá ser inferior ao salário normativo da função, conforme previsto nas cláusulas 4ª e 5ª.

3ª - COMPENSAÇÃO: Nos reajustamentos previstos nas cláusulas 1ª e 2ª serão compensados, automaticamente, todos os aumentos, antecipações e abonos, espontâneos e compulsórios, concedidos pela entidade sindical empregadora no período compreendido entre 01/09/09 a 31/08/10, salvo os decorrentes de promoção, transferência, implemento de idade, equiparação e término de aprendizagem.

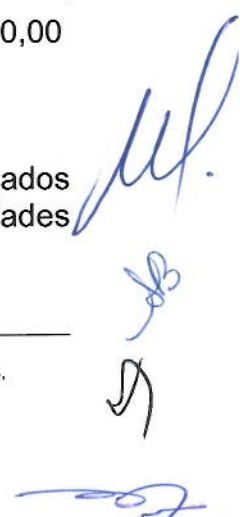
4ª - SALÁRIOS DE ADMISSÃO NAS ENTIDADES SINDICAIS COM ATÉ DE 10 (DEZ) EMPREGADOS: Para as entidades sindicais com até 10 (dez) empregados, ficam estipulados os seguintes salários de admissão, a vigor a partir de 01/09/10, desde que cumprida integralmente a jornada legal de trabalho:

- a) empregados em geralR\$ 734,00
(setecentos e trinta e quatro reais);
- b) office-boy, faxineiro, copeiroR\$ 550,00
(quinhentos e cinquenta reais);
- c) auxiliar sindicalR\$ 550,00
(quinhentos e cinquenta reais).

5ª - SALÁRIOS DE ADMISSÃO NAS ENTIDADES SINDICAIS COM MAIS DE 10 (DEZ) EMPREGADOS: Para as entidades sindicais com mais de 10 (dez) empregados, ficam estipulados os seguintes salários de admissão, a vigor a partir de 01/09/10, desde que cumprida integralmente a jornada legal de trabalho:

- a) empregados em geralR\$ 813,00
(oitocentos e treze reais);
- b) office-boy, faxineiro, copeiroR\$ 610,00
(seiscentos e dez reais);
- c) auxiliar sindical.....R\$ 610,00
(seiscentos e dez reais).

6ª - AUXILIAR SINDICAL - Enquadram-se como “*auxiliar sindical*”, empregados com pouca qualificação, experiência ou conhecimento relacionados às atividades desenvolvidas pelas entidades sindicais.



7ª - NÃO INCORPORAÇÃO DE ABONOS OU ANTECIPAÇÕES: Aos valores fixados nas cláusulas 4ª e 5ª, não serão incorporados abonos ou antecipações decorrentes de eventual legislação superveniente.

8ª - NÃO INCORPORAÇÃO DE CLÁUSULAS COMO DIREITO ADQUIRIDO: As garantias previstas nas cláusulas 4ª e 5ª não estarão sujeitas aos reajustes previstos nas cláusulas 1ª e 2ª.

9ª - JORNADAS ESPECIAIS DE TRABALHO: Além da jornada integral de 44 horas as entidades sindicais empregadoras poderão contratar empregados mediante mais dois tipos de jornada legalmente previstos, a saber:

I - JORNADA PARCIAL: Considera-se jornada parcial aquela cuja duração não exceda 25 horas semanais, vedadas as horas extras e obedecidos os seguintes requisitos:

a) dentro da semana a jornada poderá ser fixada em qualquer período (horas e dias), desde que não exceda o limite de 8 (oito) horas diárias;

b) o salário do empregado contratado em tempo parcial será proporcional à jornada trabalhada, não podendo ser inferior ao salário hora do empregado contratado para trabalhar em tempo integral na mesma função;

Parágrafo 1º - Após cada período de 12 (doze) meses, o empregado terá direito a férias na seguinte proporção:

a) - dezoito dias, para a duração do trabalho semanal superior a vinte e duas horas, até vinte e cinco horas;

b) - dezesseis dias, para a duração do trabalho semanal superior a vinte horas, até vinte e duas horas;

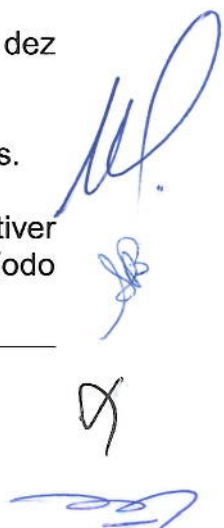
c) - quatorze dias, para a duração do trabalho semanal superior a quinze horas, até vinte horas;

d) - doze dias, para a duração do trabalho semanal superior a dez horas, até quinze horas;

e) - dez dias, para a duração do trabalho semanal superior a cinco horas, até dez horas;

f) - oito dias, para a duração do trabalho semanal igual ou inferior a cinco horas.

Parágrafo 2º - O empregado contratado sob o regime de tempo parcial que tiver mais de sete faltas injustificadas ao longo do período aquisitivo terá o seu período de férias reduzido à metade.



II - JORNADA REDUZIDA - Considera-se jornada reduzida aquela cuja duração seja superior a 25 horas e inferior a 44 horas semanais, obedecidos os seguintes requisitos:

- a) horário contratual;
- b) o salário do empregado contratado com jornada reduzida será proporcional à jornada trabalhada, não podendo ser inferior ao salário hora do empregado contratado para trabalhar em tempo integral na mesma função.
- c) após cada período de 12 (doze) meses de vigência do Contrato de Trabalho o empregado com jornada reduzida terá direito a férias de 30 (trinta) dias ou na mesma proporcionalidade prevista no artigo 130 da CLT, conforme o caso.

Parágrafo 3º - As jornadas acima especificadas só poderão ser implantadas, sob pena de nulidade, com a expressa concordância das entidades signatárias da presente convenção e desde que seja observado, ainda, o limite de contratação de até 20% (vinte por cento), do quadro de funcionários efetivos da entidade sindical empregadora contratante.

10 - REMUNERAÇÃO DE HORAS EXTRAS: As horas extras diárias serão remuneradas com o adicional legal de 60% (sessenta por cento), incidindo o percentual sobre o valor da hora normal.

Parágrafo único: Quando as horas extras diárias forem, eventualmente, superiores a 2 (duas), nos termos do art. 61 da CLT, as entidades sindicais empregadoras deverão fornecer refeição comercial ao empregado que as cumprir.

11 - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS: As entidades sindicais empregadoras signatárias da presente norma se obrigam a descontar de cada integrante da categoria profissional beneficiado por este instrumento normativo, em favor do *Sindicato dos Empregados em Entidades Sindicais do Comércio*, o equivalente a 2% (dois por cento), incidente sobre o salário já reajustado em 1º de setembro de 2010, observado o limite para desconto de R\$ 100,00 (cem reais).

Parágrafo 1º - O recolhimento poderá ser efetuado até o dia 31 de janeiro de 2011, exclusivamente em agências bancárias constantes da guia que será fornecida às entidades sindicais empregadoras pela entidade sindical profissional.

Parágrafo 2º - Dos empregados admitidos após o mês de setembro de 2010, será descontada a mesma taxa estabelecida no “caput” desta cláusula, no mês de sua admissão, devendo o recolhimento ser efetuado até o dia 15 (quinze) do mês subsequente, com exceção de quem já tenha recolhido a mesma contribuição, enquanto empregado de outra entidade sindical.

Parágrafo 3º - O recolhimento da contribuição assistencial efetuado fora do prazo mencionado no parágrafo 1º será acrescido da multa de 2% (dois por cento) nos 30 (trinta) primeiros dias.

Parágrafo 4º - Ocorrendo atraso superior a 30 (trinta) dias, além da multa de 2% (dois por cento), haverá a incidência de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

Parágrafo 5º - As entidades sindicais empregadoras, quando notificadas por escrito, deverão apresentar no prazo máximo de 15 (quinze) dias, as guias de recolhimento da contribuição assistencial devidamente autenticadas pela agência bancária.

Parágrafo 6º - O desconto previsto nesta cláusula fica condicionado à não-oposição do empregado, sindicalizado ou não. Em caso de oposição, esta será manifestada por escrito, em até 10 (dez) dias contados da assinatura da presente norma coletiva, junto à respectiva entidade sindical empregadora, que encaminhará cópia ao sindicato representante da categoria profissional.

12 - MENSALIDADES SINDICAIS: As entidades sindicais empregadoras se comprometem a descontar em folha de pagamento, a mensalidade sindical de empregados que forem associados ao *Sindicato dos Empregados em Entidades Sindicais do Comércio do Estado de São Paulo*, comprometendo-se, ainda, a recolher aos cofres da entidade profissional os valores descontados, no prazo de até 5 (cinco) dias após o desconto.

13 - COMPROVANTES DE PAGAMENTOS DOS SALÁRIOS: As entidades sindicais empregadoras, quando solicitadas, ficam obrigadas a fornecer comprovantes de pagamentos dos salários e respectivos depósitos do FGTS, com discriminação das importâncias pagas e descontos efetuados, contendo a identificação da entidade e do empregado.

14 - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS: Atendida a ordem de prioridade estabelecida no artigo 75 do Decreto 3.048/99 e entendimento da Súmula n.º 15 do TST, serão reconhecidos os atestados e/ou declarações, médicos ou odontológicos, firmados por profissionais habilitados junto ao sindicato profissional ou por médicos e/ou odontólogos dos órgãos da saúde estadual ou municipal, desde que estes mantenham convênio com o órgão oficial competente da Previdência Social ou da Saúde.

Parágrafo único - Os atestados médicos deverão obedecer os requisitos previstos na Portaria MPAS 3.291/84, devendo constar, inclusive, o diagnóstico codificado, conforme o Código Internacional de Doenças (CID), nesse caso, com a concordância do empregado, bem como deverão ser apresentados à entidade sindical empregadora em até 05 (cinco) dias de sua emissão.






15 - GARANTIA DE EMPREGO DO FUTURO APOSENTADO: Fica assegurada aos empregados em geral, em vias de aposentadoria, nos prazos mínimos legais, nos termos do art. 188 do Decreto nº 3.048/99 (redação dada pelo Decreto nº 4.729/03), garantia de emprego, como segue:

TEMPO DE TRABALHO NA MESMA ENTIDADE SINDICAL EMPREGADORA	ESTABILIDADE
20 anos ou mais	2 anos
10 anos ou mais	1 ano
5 anos ou mais	6 meses

Parágrafo 1º - Para a concessão das garantias acima, o empregado deverá apresentar extrato de informações previdenciárias, nos termos do [art. 130 do Decreto nº 6.722/08], que ateste, o período faltante para a implementação do direito ao benefício. A contagem da estabilidade inicia-se a partir da apresentação do comprovante pelo empregado, limitada ao tempo que faltar para aposentar-se.

Parágrafo 2º - A concessão prevista nesta cláusula, não se aplica nas hipóteses de dissolução da entidade sindical empregadora, dispensa por justa causa ou pedido de demissão, podendo ser substituída por uma indenização correspondente aos salários do período não implementado da garantia.

Parágrafo 3º - Na hipótese de dispensa sem justa causa, o empregado deverá apresentar à entidade sindical empregadora o extrato de informações previdenciárias, dentro de 30 (trinta) dias após a data do recebimento do aviso prévio, sob pena de decadência do direito previsto nesta cláusula.

Parágrafo 4º - Na hipótese de legislação superveniente que vier a alterar as condições para aposentadoria em vigor, esta cláusula ficará sem efeito.

16 - ESTABILIDADE DO EMPREGADO EM IDADE DE PRESTAR O SERVIÇO MILITAR: Fica assegurada estabilidade provisória ao empregado em idade de prestar serviço militar obrigatório, inclusive Tiro de Guerra, a partir da data do alistamento compulsório, desde que este seja realizado no período de 1º de janeiro até 30 de abril do ano em que o alistando completar 18 anos, até 30 (trinta) dias após o término do serviço militar ou da dispensa de incorporação, o que primeiro ocorrer.

Parágrafo único - Estarão excluídos da hipótese prevista no "caput" desta cláusula os refratários, omissos, desertores e facultativos.

17 - ESTABILIDADE DA GESTANTE: Fica assegurada estabilidade provisória à gestante, desde a confirmação da gravidez até 75 (setenta e cinco) dias após o término da licença maternidade.

Parágrafo único - Na hipótese de dispensa sem justa causa, a empregada deverá apresentar à entidade sindical empregadora atestado médico comprobatório da gravidez anterior ao aviso prévio, dentro de 60 (sessenta) dias após a data do recebimento do aviso, sob pena de decadência do direito previsto nesta cláusula.

18 - GARANTIA DE EMPREGO OU SALÁRIO AO EMPREGADO AFASTADO POR MOTIVO DE DOENÇA: Ao empregado afastado por motivo de doença, fica concedida, nas licenças acima de 15 (quinze) dias, a partir da alta previdenciária, garantia de emprego ou salário por período igual ao do afastamento até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

19 - COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO DE TRABALHO: A compensação da duração diária de trabalho, obedecidos os preceitos legais, fica autorizada, atendidas as seguintes regras:

a) manifestação de vontade por escrito, por parte do empregado, assistido o menor pelo seu representante legal, em instrumento individual ou plúrimo, no qual conste o horário normal de trabalho e o período compensável das horas excedentes;

b) não estarão sujeitas a acréscimo salarial as horas suplementares trabalhadas, desde que compensadas dentro de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data do trabalho extraordinário, ficando vedado o acúmulo individual de saldo de horas extras superior a 120 (cento e vinte) horas.

c) as horas extras trabalhadas, não compensadas no prazo acima previsto, ficarão sujeitas à incidência do adicional legal de 60% (sessenta por cento), sobre o valor da hora normal, conforme previsto na cláusula 15 deste instrumento;

d) as regras constantes desta cláusula serão aplicáveis, no caso do menor, ao trabalho em horário diurno, isto é, até as 22h00min (vinte e duas) horas, obedecido, porém, o disposto no inciso I do art. 413 da CLT;

20 - AVISO PRÉVIO ESPECIAL: Aos empregados com mais de 45 (quarenta e cinco) anos de idade e mais de 5 (cinco) anos de contrato de trabalho na mesma entidade sindical empregadora, dispensados sem justa causa, o aviso prévio indenizado será de 45 (quarenta e cinco) dias.

Parágrafo único - Em se tratando de aviso prévio trabalhado, o empregado cumprirá 30 (trinta) dias, recebendo indenização em pecúnia dos 15 (quinze) dias restantes, que não serão computados para efeito de tempo de serviço, 13º salário, férias e outras incidências.

21 - ABONO APOSENTADORIA: Fica assegurada a concessão de um abono-aposentadoria, da seguinte forma:

a) aos empregados com 5 (cinco) ou mais anos de serviços contínuos na mesma entidade sindical empregadora e que dele se desligarem espontaneamente, por motivo de aposentadoria, será pago abono equivalente ao seu último salário nominal;

b) se o empregado continuar trabalhando na mesma entidade sindical empregadora após a aposentadoria, o pagamento do abono será garantido, apenas, por ocasião do desligamento definitivo;

c) para os empregados com 10 (dez) anos ou mais de serviços contínuos na mesma entidade sindical empregadora, na forma das alíneas anteriores, será pago um abono equivalente a 2 (dois) salários nominais;

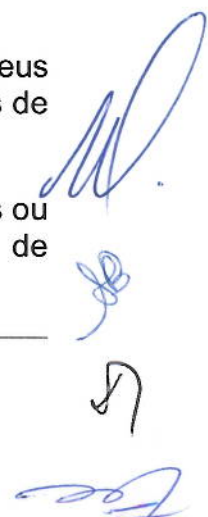
d) ficam ressalvadas condições já implementadas pela entidade sindical empregadora, desde que mais favoráveis, inclusive quanto a planos de complementação de aposentadoria.

22 - VEDAÇÃO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL DURANTE O AVISO-PRÉVIO: Durante o prazo de aviso-prévio, dado por qualquer das partes, salvo o caso de reversão ao cargo efetivo por exercentes de cargo de confiança, ficam vedadas alterações nas condições de trabalho, inclusive transferência de local de trabalho, sob pena de rescisão imediata do contrato, respondendo o empregador pelo pagamento do restante do aviso-prévio.

23 - FORNECIMENTO DE UNIFORMES: Quando o uso de uniformes for exigido pelas entidades sindicais empregadoras; ficam estas obrigadas a fornecê-los gratuitamente aos empregados, salvo injustificado extravio ou mau uso.

24 - FÉRIAS: As entidades sindicais empregadoras comunicarão aos seus empregados a data de início do período de gozo de férias, com 30 (trinta) dias de antecedência

Parágrafo 1º - O início das férias não poderá coincidir com domingos, feriados ou dias compensados de acordo com a Lei n.º 7.414, de 09/12/85 (D.O.U. de 10/12/85);



Parágrafo 2º - O pagamento da remuneração correspondente ao período de férias será efetuado até 02 (dois) dias antes do respectivo início, nos termos do art. 145 da CLT, oportunidade em que, também, será pago o abono de que trata o inciso XVII do art. 7º da Constituição Federal.

25 - FÉRIAS EM DEZEMBRO: Na hipótese de férias concedidas no mês de dezembro, em período compreendendo Natal e Ano Novo e recaindo esses dias entre segunda e sexta-feira, os empregados farão jus ao acréscimo de 2 (dois) dias em suas férias.

26 - COINCIDÊNCIA DE FÉRIAS COM CASAMENTO: Fica facultado ao empregado gozar as suas férias no período coincidente com a data de seu casamento, condicionada a faculdade à não coincidência com o mês de maior atividade na entidade sindical, por ela estabelecido e, desde que haja comunicação com 60 (sessenta) dias de antecedência.

27 - ADIANTAMENTO DO 13º SALÁRIO: As entidades sindicais empregadoras se obrigam ao pagamento do adiantamento de 50% (cinquenta por cento) do 13º salário, desde que requerido por ocasião do aviso de férias.

28 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA: As entidades sindicais empregadoras proporcionarão assistência jurídica integral ao empregado que for indiciado em inquérito criminal ou responder a ação penal por ato praticado no desempenho normal das suas funções e na defesa do patrimônio da entidade.

29 - ABONO DE FALTA À EMPREGADA MÃE: A empregada mãe que deixar de comparecer ao serviço para atender enfermidade de seus filhos menores de 14 (quatorze) anos, ou inválidos/incapazes, comprovada nos termos da cláusula 14, terá suas faltas abonadas até o limite máximo de 15 (quinze) dias, durante o período de vigência da presente Convenção.

Parágrafo 1º - O direito previsto no "caput" somente será extensivo ao empregado pai, se o mesmo comprovar sua condição de único responsável.

Parágrafo 2º - Caso mãe e pai trabalhem na mesma entidade sindical empregadora, este benefício poderá ser concedido a um ou outro, alternativamente, a critério do empregador, obedecidas as condições estabelecidas no "caput" desta cláusula.

30 - ABONO DE FALTA AO EMPREGADO ESTUDANTE: O empregado estudante que deixar de comparecer ao serviço para prestar exames finais que coincidam com o horário de trabalho ou, no caso de vestibular, este limitado a um por ano, terá suas faltas abonadas desde que, em ambas as hipóteses, haja comunicação prévia à entidade sindical empregadora com antecedência de 5 (cinco) dias e com comprovação posterior.

31 - SALÁRIO-SUBSTITUIÇÃO: Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, o empregado substituto fará jus ao salário contratual do substituído.

32 – INDENIZAÇÃO POR DISPENSA: Na hipótese de dispensa sem justa causa, o empregado fará jus a uma indenização correspondente a 1 (um) dia por ano completo de serviço na entidade sindical empregadora, sem prejuízo do direito ao aviso prévio a que fizer jus.

33 - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA: Fica vedada a celebração de contrato de experiência quando o empregado for readmitido para o exercício da mesma função na entidade sindical empregadora.

34 - ADIANTAMENTO DE SALÁRIO (VALE): As entidades sindicais empregadoras concederão no decorrer do mês, um adiantamento de salário aos empregados, ressalvada a hipótese do fornecimento concomitante de “vale compra”, ou qualquer outro eventualmente concedido, prevalecendo, nesses casos, apenas um deles.

35 - FALECIMENTO DE SOGRO OU SOGRA, GENRO OU NORA: No caso de falecimento de sogro ou sogra, genro ou nora, o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço nos dias do falecimento e do sepultamento, sem prejuízo do salário.

36 - AUXÍLIO FUNERAL: Na ocorrência de falecimento de empregado, as entidades sindicais empregadoras indenizarão o beneficiário com valor equivalente a 1 (um) salário normativo dos empregados em geral, conforme previsto nas cláusulas 4 e 5, para auxiliar nas despesas com o funeral.

37 - AUTORIZAÇÃO DE DESCONTO: Os descontos efetuados nas verbas salariais e/ou indenizatórias do empregado, desde que por ele autorizados por escrito, serão válidos de pleno direito.

Parágrafo único: Os descontos objetos desta cláusula, compreendem os previstos no artigo 462 da CLT e os referentes a seguro de vida em grupo, assistência médica e/ou odontológica, seguro saúde, mensalidades de grêmios associativos ou recreativos dos empregados, cooperativas de crédito mútuo e de consumo, desde que o objeto dos descontos tenha direta ou indiretamente beneficiado o empregado e/ou seus dependentes.



38 - PAGAMENTOS DOS SALÁRIOS POR MEIO DE CHEQUE: Quando o empregador efetuar o pagamento dos salários por meio de cheques, deverá conceder ao empregado, no curso da jornada e no horário bancário, o tempo necessário ao desconto dos mesmos, que não poderá exceder de 30 (trinta) minutos.

39 - RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS PELAS ENTIDADES SINDICAIS EMPREGADORAS: A Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como certidões de nascimento, de casamento e atestados serão recebidos pelas entidades sindicais empregadoras contra-recibo em nome do empregado.

40 - DESPESAS PARA RESCISÃO CONTRATUAL: As entidades sindicais empregadoras ficam obrigadas a fornecer a refeição e transporte aos empregados que forem chamados para homologação da rescisão contratual fora da cidade onde prestavam seus serviços.

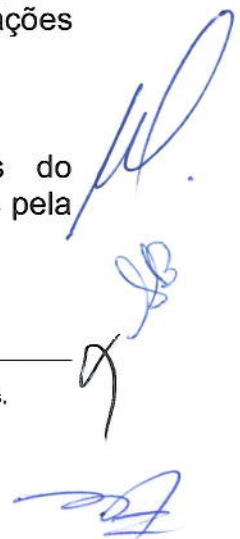
41 - CARTA-AVISO DE DISPENSA: As entidades sindicais empregadoras ficam obrigadas a entregar ao empregado carta-aviso com os motivos da dispensa desde que haja alegação de prática de falta grave.

42 - DIAS-PONTES: Poderá ser compensado o trabalho em dias úteis intercalados com o início ou fins de semana e feriados, de forma a que os empregados gozem um descanso prolongado. A compensação poderá ser acertada diretamente entre a entidade sindical empregadora e seus empregados, sendo certo que as horas compensadas não poderão ser consideradas como horas extraordinárias.

43 - GARANTIAS GERAIS: Sem prejuízo do presente Acordo, ficam asseguradas aos empregados as condições mais favoráveis já existentes nas entidades sindicais empregadoras, inclusive em seus Regulamentos Internos.

44 - MULTA: Fica estipulada multa no valor de R\$ 40,00 (quarenta reais), a partir de 1º de setembro de 2010, por empregado, pelo descumprimento das obrigações de fazer contidas no presente instrumento, a favor do prejudicado.

45 - FORO COMPETENTE: Às dúvidas e controvérsias oriundas do descumprimento das cláusulas contidas no presente Acordo, serão dirimidas pela Justiça do Trabalho.



46 - VIGÊNCIA: O instrumento ora firmado, terá vigência de 1 (um) ano, a partir de 1º de setembro de 2010 até 31 de agosto de 2011.

São Paulo, 18 de novembro de 2010.

Pelo **Sindicato dos Empregados em Entidades Sindicais do Comércio do Estado de São Paulo**

Pela **Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo e demais Sindicatos Patronais Convenientes**



Sandra Bergamin
Presidente
CPF/MF n.º 769.493.468-91



Ivo Dall'Acqua Júnior
Presidente do Conselho de Relações do Trabalho
CPF/MF n.º 747.240.708-97



Newton Pinello
Advogado
OAB/SP n.º 85.664
CPF/MF n.º 210.168.798-49



Fernando Marçal Monteiro
Advogado
OAB/SP n.º 86.368
CPF/MF n.º 872.801.598-34